

# A REPRESENTAÇÃO INDÍGENA GUARANI EM LIVROS MEMORIALISTAS

CAROLINE HERMÍNIO MALDONADO<sup>1</sup>  
UCDB

ANTÔNIO JACÓ BRAND<sup>2</sup>  
UCDB

---

**RESUMO:** *As obras de autores memorialistas, pesquisadas neste trabalho, retratam o modo de vida guarani e os conflitos envolvendo disputas territoriais, entre o século XVIII e meados do século XX. Relatam experiências e buscam opinar sobre a relação entre indígenas e migrantes, como os próprios autores, que vieram para o sul do então Mato Grosso por motivos de trabalho e à procura de terras produtivas. A partir destas obras entende-se como conseguiram ocultar os indígenas da história regional e justificar seus juízos sobre essa população, considerando-a sem cultura e sem organização social. A pesquisa permite compreender o fenômeno da invisibilidade a que estão sujeitos, não somente os Guarani, mas os demais povos indígenas que habitam hoje o Estado do Mato Grosso do Sul.*

**PALAVRAS-CHAVE:** *Guarani; representação; memorialistas, Mato Grosso do Sul.*

**ABSTRACT:** *The works of authors memoir, researched this, depict the lifestyles Guarani and conflicts involving territorial disputes between the eighteenth and mid-twentieth century. They report experiences and seek their opinion about the relationship between indigenous people and migrants, as the authors themselves, who came to southern Ontario then on business and looking for productive land. From these works it is understood as the Indians managed to hide the regional history and justify their judgments about this population without considering the culture and without social organization. The research is to understand the phenomenon of invisibility to which they are subject, not only the Guarani, but the other indigenous peoples today the state of Mato Grosso do Sul.*

**KEYWORDS:** *Guarani; representation; memoir; Mato Grosso do Sul.*

---

---

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Comunicação Social (Jornalismo) da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e estagiária no Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas, da Universidade Católica Dom Bosco (NEPPI/UCDB). E-mail: [carolmaldonado07@hotmail.com](mailto:carolmaldonado07@hotmail.com).

<sup>2</sup> Doutor em História e coordenador do Programa Kaiowá Guarani, do Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas, da Universidade Católica Dom Bosco (NEPPI/UCDB). E-mail: [brand@ucdb.br](mailto:brand@ucdb.br).

## Introdução

Integrado ao projeto *Conquistadores, colonizadores e fazendeiros: fronteiras Guarani em Mato Grosso (1748-1910)*<sup>3</sup>, este trabalho pretende levantar e analisar as representações sobre os indígenas, em especial das etnias kaiowá e guarani<sup>4</sup>, em livros de memorialistas. Neste período, no qual o positivismo estava no ápice da academia, os Guarani e Kaiowá, que viviam na vasta região sul do então Estado de Mato Grosso<sup>5</sup>, não despertaram o interesse de historiadores. Há poucas produções historiográficas. Há, porém, importante produção dos assim denominados memorialistas.

Por isso, a presente pesquisa centrou seu foco no estudo de duas obras: uma de José de Melo e Silva (2003) e outra de Emílio Garcia Barbosa (1961), respectivamente, com os títulos *As fronteiras Guarani* e *Os Barbosas em Mato Grosso*, que relatam os modos de vida, práticas, conflitos e negociações verificadas no encontro dos colonizadores com os Guarani, entre o século XVIII e meados do século XX. Estes autores relatam experiências e buscam opinar sobre a relação estabelecida entre indígenas e imigrantes, como os próprios autores, que vieram para o sul do então Mato Grosso por motivos semelhantes, ou seja, à procura de trabalho e de terras produtivas. O interesse na análise destas obras foi descobrir como os autores abordam as questões relacionadas aos Guarani e como seus relatos contribuem para as representações sobre esse povo, sedimentando uma determinada visão dos colonizadores sobre essa população, hoje, ainda, em vigor.

Entender as representações constitui-se em tarefa importante, para entender, exatamente, a “produção” da diferença que marca a relação dos Kaiowá e Guarani em sua trajetória histórica recente, no Mato Grosso do Sul, ou seja, entender como foram sendo “fabricados” e “produzidos” (SILVA, 1995, p. 198), os discursos sobre os Kaiowá e

---

<sup>3</sup> Projeto que conta com financiamento do CNPq – Edital nº 03/2008.

<sup>4</sup> Nessa região, hoje, somente os Ñandeva, ou Avá se autodenominam guarani.

<sup>5</sup> Os Guarani e Kaiowá ocupavam um amplo território ao sul do atual Estado de Mato Grosso do Sul, situado entre o rio Apa, Serra de Maracaju, os rios Brilhante, Ivinhema, Paraná, Iguatemi e a fronteira com o Paraguai

Guarani, no passado e no presente. É, também, buscar entender as relações de poder que perpassam as relações interétnicas nessa região. Trata-se, portanto, de investigar quem produziu e quem reproduz determinados discursos sobre os outros, no caso, os Kaiowá e Guarani e com que interesses. Para Chartier (1988, p. 17), as representações do mundo social “embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam”.

Em 1882, o Governo Federal arrendou o território dos Guarani à Companhia Matte Larangeira<sup>6</sup>, que utilizou a mão-de-obra indígena. O Serviço de Proteção aos Índios (SPI) demarcou, entre 1915 e 1928, oito áreas de terra, denominadas de reservas indígenas, totalizando 18.297 hectares, nos quais foram instaladas as famílias Guarani e Kaiowá. Iniciou-se, então, um processo sistemático de confinamento desta população dentro das terras demarcadas pelo SPI (BRAND, 1997).

### Contribuição documental

O memorialista é uma fonte importante para o estudo detalhado de determinados acontecimentos históricos, pois narra algo presenciado e/ou vivido por ele próprio. As obras selecionadas para este trabalho foram fundamentais para a historiografia sul-mato-grossense e contribuíram, significativamente, para as representações do entorno regional sobre os povos indígenas no atual Estado de Mato Grosso do Sul. No caso de *Os Barbosas em Mato Grosso*, o autor deixa claro o interesse em retificar “erros de informação” envolvendo sua família e trazer novos e detalhados dados a quem possa se interessar por esse tema:

A idéia da apresentação do presente trabalho me veio por ler em diversas obras publicadas sobre a minha família, erros tão repisados que julgo no dever de esclarecer, nesta minha linguagem simples de camponês, sem regras gramaticais (BARBOSA, 1961, p. 5).

---

<sup>6</sup> Companhia fundada por Thomaz Larangeira, que atuou na exploração de erva-mate.

Essas obras trazem numa linguagem rica em detalhes, opiniões e relatos de fatos que compõem a história do estado de Mato Grosso. Porém, em suas narrativas, os indígenas que aqui viviam quando esses colonizadores aqui aportaram, acabaram relatados e postos como povos sem cultura, sem organização, violentos e selvagens porque se opuseram à entrega de suas terras e casas aos novos chegantes e foram, por isso, considerados um impedimento para o progresso do Estado.

A partir das obras dos memorialistas pode-se entender como estes imigrantes perceberam os povos indígenas e como construíram suas leituras e estratégias de ocultamento dos indígenas na história regional e sedimentaram a visão hoje, ainda, em vigor, no entorno regional, de povos sem cultura e sem organização social e que, por isso mesmo, seguem inaproveitáveis e obstáculos para o avanço sócio-econômico da região.

Ainda que não seja essa sua intenção, ao descrever com zelo a memória de suas famílias, os autores ampliam as possibilidades de estudo sobre temas como, neste caso, a história dos Guarani que viviam no então Mato Grosso. É necessário, no entanto, nesse caso, o recurso a outras fontes de pesquisa para resultados mais seguros, pois a preocupação desses autores é o relato dos feitos de suas famílias, sem qualquer preocupação em confrontar esses relatos com o de outros.

Emílio Garcia Barbosa (1961), bem como José de Melo e Silva (2003), retratam um período no qual aos historiadores não interessava a questão da formação do Estado de Mato Grosso ou das fronteiras guarani. Não havendo, também, jornalistas que documentassem os acontecimentos, pessoas que viveram nesse período e estiveram diretamente envolvidos nos eventos relatados se aventuraram a escrever em linguagem direta e simples o que presenciavam e era de seu interesse tornar público. Na obra de Emílio Garcia Barbosa (1961), filho de migrantes atraídos à região pelas terras consideradas devolutas<sup>7</sup>, os relatos estão em palavras simples e editados sem revisão criteriosa. Este autor teve grande interesse em registrar este período. Seu objetivo foi

---

<sup>7</sup> Este termo foi aplicado, pelo governo, às terras sobre as quais não havia títulos. Incluíram-se, como terras devolutas, as terras efetivamente ocupadas por povos indígenas.

enaltecer a participação de sua família no processo de colonização do Estado.

No início do século XX, Mato Grosso trazia de outros estados bacharéis em direito para exercer o cargo de juiz nas diversas comarcas, pois, sendo estranhos, poderiam combater desmandos ou superar conflitos políticos entre grupos da região. Assim chegou, entre outros, o juiz de direito, cearense, José de Melo e Silva, passando, no exercício de sua profissão por várias cidades. Para ele, o Estado de Mato Grosso estava marcado por uma grande diversidade cultural, destacando-se a cultura guarani, situação que poderia, sob a sua ótica, comprometer a nacionalidade brasileira, caso o governo da época continuasse omissos. Mais tarde publicou outro livro, intitulado *Canaã do Oeste*, também, importante para a historiografia sul-mato-grossense, no qual sustentava que o Mato Grosso poderia ser uma verdadeira “terra prometida”, desde que, nela fossem investidos capitais e braços para o trabalho (SILVA, 1989). Os braços indígenas, segundo ele, não estavam aptos. Era preciso branquear a população. “Urgia, pois, que o Brasil fôsse povoado pelo branco, o seu descobridor. O íncola seria o escravo do branco, até que adquirisse as qualidades do civilizado pelo processo de miscigenação” (SILVA, 1989, p. 52).

A iniciativa destes autores, de registrar por meio de publicação, a sua visão da história do Estado e da presença guarani em suas fronteiras, tem hoje grande importância para o trabalho historiográfico, especialmente, considerando a ausência, em muitos casos, de outras fontes disponíveis sobre acontecimentos, por vezes considerados menores, mas que contribuíram, inclusive, para a criação de um novo estado, o de Mato Grosso do Sul, no qual se encontra hoje a maior parte da população guarani, confrontando-se com problemas desencadeados no período tratado por estes autores. Por isso, o interesse nessas obras não somente por parte de historiadores, mas, também, de profissionais da comunicação, que desejam se aprofundar no assunto, através de pesquisa, tendo em vista reportagens ou documentários. Silva trata especificamente da fronteira guarani e, para tanto, faz uma descrição histórica desde às missões jesuíticas até a criação dos atuais municípios do Estado. Oferece, ainda, ao leitor noções sobre a língua guarani. Ressalta, também, o aspecto híbrido da sociedade mato-grossense, que

era composta por paraguaios, indígenas, entre outros, em sua maioria, falantes do guarani.

### Percepção sobre a sociedade guarani

No ano de 1618, ocorreram as primeiras investidas dos bandeirantes contra os Guarani. Inicialmente, essas bandeiras eram constituídas por pequenos grupos de pessoas, mas, a partir de 1628, transformaram-se em verdadeiros exércitos (SWENSSON e GRESSLER, 1988).

Quando o primeiro “homem branco”, Aleixo Garcia, em 1524, partiu de São Vicente rumo às serras andinas, no Peru, foi seguido por um exército de dois mil guerreiros guarani, segundo relatam antigos cronistas, fato que comprovaria sua “índole dócil”. Dócil, mas não covarde. Defendiam-se, valentemente, quando atacados (RODRIGUES, 1993, p. 14). No entanto, os indígenas que ocupavam o então Estado do Mato Grosso não foram reconhecidos como povos, que são, com direitos anteriores à presença dos colonizadores. Essa era a sua terra e compreensível, portanto, que reagissem à simples entrega dessas terras a estranhos.

Tão invasivos e cruéis foram os bandeirantes que o governador do Rio da Prata, Dom Pedro Estában de Ávila, no seu relatório ao rei, contou verificar que estes exerceram crueldades e desumanidades incríveis, comportando-se de maneira que não era possível crer que fossem cristãos e católicos (SWENSSON e GRESSLER, 1988, p. 8). Porém, na percepção dos memorialistas em questão, o fato dos índios reagirem à entrega de suas terras e casas os tornava selvagens e sem cultura. Essa sua percepção vem “confirmada” pelo fato de serem povos com costumes, crenças e modos diferentes de viver. Quando trata da relação entre jesuítas e indígenas, Silva afirma que:

Entre os selvagens nada encontraram os jesuítas que denotasse qualquer organização social, propriamente dita. Se os índios obtinham utilidades em troca de outras, *comutatione rerum*, na expressão de Anchieta, isso faziam instintivamente, alheados em absoluto à noção de moeda (SILVA, 2003, p. 56).

Entre tantos outros autores que poderiam oferecer informações, o autor (Silva) cita Bertoni, para “comprovar” sua visão sobre os Guarani e que estes não formavam uma sociedade.

Na obra de Garcia Barbosa, que trata desde as bandeiras ao povoamento do sul do Estado, em especial pela família Barbosa, até a invasão paraguaia, além de fazer um resumo da história da cidade de Campo Grande, os indígenas estão sempre presentes. Foram catequizados, “domesticados”, serviram de mão de obra e de guia pelos caminhos percorridos e, ainda, somaram esforços na guerra. Porém, mesmo assim, foram qualificados como hostis, larápios e agressivos, entre outras qualificações depreciativas, que denotam o constante conflito entre os colonizadores e os indígenas. Em nenhum momento são reconhecidos como donos, com direitos sobre as terras em disputa, mas retratados como coadjuvantes e estorvos inconvenientes.

Segundo o autor:

Em 1896, viviam os habitantes do sul de Mato Grosso, constantemente sobressaltados com revoluções, como se não bastassem a hostilidade dos silvícolas e a agressividade da natureza, e por isso mesmo, os poucos habitantes andavam em permanentes aflições. Ilhados, ou com as saídas difíceis e longínquas, quer pelos rios como a cavalo para Uberaba, com o pouco caminho tomado de índios larápios e agressivos (BARBOSA, 1961, p. 50).

Hoje, conhecemos os problemas que a colonização deixou para os povos guarani (e demais povos indígenas do estado de Mato Grosso do Sul) e o sofrimento que os acompanha desde a chegada dos bandeirantes. Porém, sob a ótica dos memorialistas, o sofrimento foi dos que se confrontaram com os Guarani e ocuparam suas terras, decorrente das inúmeras dificuldades em prosperar e enriquecer. É o que se verifica no texto abaixo:

Eis o resumo do sofrimento deste povo da fronteira Guarani, que mesmo sem nunca ter sossego, sem os ajudatórios governamentais condignos, contando apenas com a riqueza da região, prosperou e tornou-se mais populoso do que o Norte, mais redondoso e por

consequente mais digno das visitas de governador inteligente (BARBOSA, 1961, p. 58).

Observa-se, também, que outros povos, chegados neste período ou posteriormente, e que souberam tirar proveito do crescimento populacional verificado na região, que demandava novos investimentos para a comercialização de produtos da terra, foram devidamente lembrados e reconhecidos pelos memorialistas, como grandes contribuintes para o progresso do Estado.

Três grandes colônias, paraguaia, japonesa e sírio-libanesa, perfeitamente assimiladas, contribuindo para o progresso, para o embelezamento e enriquecimento, valorizando as terras, construindo prédios magestosos de cinco andares, mesmo sem a energia elétrica suficiente, a qual atrofiou e fez esparramar a cidade para os campos, dificultando a comunicação (BARBOSA, 1961, p. 70).

Talvez, o fato dos povos indígenas não terem sido “perfeitamente assimilados”, conforme os demais novos chegantes, explique o porquê não foram respeitados ou reconhecidos pelos que vieram e se instalaram em suas terras. Assimilação é o processo pelo qual um conjunto de traços culturais é abandonado e um novo conjunto é adquirido. A mudança é gradual e pode se processar em qualquer nível (SILVA, Benedito et al, 1987, p. 43). Nota-se que a intenção dos colonizadores, inclusive destes memorialistas, era justamente fazer com que os indígenas fossem também, assimilados, como foram os imigrantes que chegaram mais tarde, citados por Barbosa. Porém, os indígenas não demonstraram, com razão, interesse na expansão econômica do Estado, que movia cada vez mais famílias a se instalar em seu território tradicional, impulsionadas pelo governo do Estado, que as apoiava em sua empreitada expansionista. Foi, certamente, esta resistência dos indígenas que fez com que os memorialistas desenvolvessem um discurso etnocêntrico e agressivo em relação a eles. Além de não reconhecerem os povos que aqui habitavam antes de sua chegada, consideravam-se “únicos e verdadeiros a ponto de deter a melhor medida para todas as coisas” (CALEFFI, 2003, p. 182).

Ambos os autores estudados utilizam-se de uma linguagem narrativa, com estilos que se distinguem ao extremo, certamente devido à formação diversificada. Porém, suas obras são marcadas pelas opiniões que expressam, livremente, sem qualquer preocupação com a sua comprovação em documentos ou fontes. José de Melo e Silva, que veio à Mato Grosso para exercer a profissão de juiz, aproveitou o tempo no Estado para observar a movimentação nas fronteiras, chegando até a estudar a língua guarani. O conhecimento e interesse lhe possibilitaram enriquecer sua obra com diversas citações, além de dedicar parte do livro às noções sobre essa língua, embora deixe claro que, em sua opinião, já tratar-se de uma deturpação da língua portuguesa.

Não aprendem [os Guarani] a língua portuguesa, nem para isso fazem qualquer esforço. Da mistura do castelhano com o guarani e o português resulta um quase dialeto que falado na Avenida Rio Branco ninguém entenderia (SILVA, 2003, p.82).

O autor acima citado entende serem os Guarani “crianças mal educadas”, que não obedecem aos detentores do pátrio poder, pois, não estariam dispostos a uma integração com a sociedade nacional, a qual é vista pelo autor como benéfica a essa população. A obra de Silva é composta por textos descritivos, que falam da epopéia dos desbravadores, que povoaram a região do sul do então Mato Grosso, lutando, heroicamente, contra os “gentios” para que a terra fosse ocupada por eles, desbravadores.

Em contrapartida, Emílio Garcia Barbosa (1961) narra uma sequência de fatos, desde a chegada de sua família à Mato Grosso, incluindo um breve relato da formação da Capital, Campo Grande, sem aprofundar-se na questão dos territórios ou no comportamento indígena. Porém, estes estão sempre presentes em sua narrativa, marcada pela simplicidade.

Observa-se, ainda, que os autores não recorrem aos depoimentos indígenas, nem a outras referências que tratam do tema. Este detalhe evidencia que sua intenção concentra-se em relatar apenas seu ponto de vista, a partir do conhecimento político e social adquirido no cotidiano de sua vida. A sua escrita denota grande interesse em

documentar aquele período histórico, em que não havia, inclusive, historiadores circulando pela região.

Como Barbosa, muitos fazem parte da própria história que escreveram, estando direta e emocionalmente envolvidos com os acontecimentos. Retratam a história de suas famílias, que aqui chegaram e enfrentaram os índios "bravios" e resistentes que habitavam a região. Estes trabalhos traçam uma perspectiva da história de Mato Grosso do Sul que nega a presença indígena nas frentes de expansão econômica ou a apresenta como um impedimento, um empecilho irracional. Ignoram que se tratava de povos aqui já estabelecidos, com sua cultura e formas específicas de se relacionar com os territórios e recursos naturais, cujo espaço eles, os desbravadores, estavam tomando à força.

Estes sentem-se doentes enquanto não destroem, de qualquer forma, todo o alimento que lhes vem às mãos. Em poucos dias uma pequena família dá cabo de toda a carne de um boi. Se de tudo não pode comer só, por ser muita, pretexta um ajuntamento, contanto que ponha tudo fora (SILVA, 2003, p.57).

Silva, como muitos destes autores, apelam para o tratamento dos indígenas como não-humanos ou pessoas não civilizadas, incapazes de estruturar maneiras corretas de ser e proceder. Não questionavam a forma de vida do indígena, mas impunham a sua forma, como a melhor e mais acertada, como se percebe no texto de Silva, acima descrito, em relação aos hábitos alimentares dos indígenas, que costumavam partilhar seu alimento com a comunidade, sem a intenção de explorar mais que o necessário para o consumo próprio. Raramente aos índios foram admitidos os direitos de primeiros moradores, mas foram tratados pelos que chegaram como um problema. O que pode ser observado nessas obras é que o índio não é reconhecido como um habitante que ocupava essa região há anos, mas como um inconveniente e agressivo com aqueles que queriam ocupar e explorar suas terras. Foi ignorado, também, todo e qualquer motivo da resistência indígena.

## Considerações finais

Esses, entre outros autores memorialistas, ajudam a compreender porque os indígenas, em especial os Guarani, atualmente, seguem percebidos e marcados por tantos preconceitos, seja por parte dos governantes, como por grande e significativa parcela da população sul-mato-grossense, incluindo os meios de comunicação. Com sua linguagem popular, os memorialistas escreveram a sua versão da história do Estado a partir de relatos cheios de emoção e peculiaridades, decorrentes do “vivido”, o que lhes confere certa credibilidade. O estudo desse processo histórico é essencial à qualquer trabalho que intencione tratar da situação atual dos indígenas de Mato Grosso do Sul, sua relação com a população não-indígena do Estado, seus modos e dificuldades para sobreviver, que encontram hoje, decorrente da chegada desta nova e invasiva população, que cresceu e ocupou, quase que inteiramente, seu espaço. Pretende-se dar suporte, neste sentido, principalmente a trabalhos ou produções que pretendem compreender melhor o contexto das relações entre os Guarani e Kaiowá e os demais segmentos que integram a população regional, seus conflitos e perspectivas, em especial contribuir para as discussões contemporâneas sobre os processos de demarcação de terras indígenas, em andamento.

Pretende-se, ainda, oferecer subsídios a pesquisadores jornalistas, não habituados à pesquisa e leituras especializadas e longas sobre temas complexos, como, neste caso, as representações sobre os indígenas no Estado. Estes profissionais quase sempre não dispõem de tempo suficiente para uma pesquisa mais ampla sobre determinados assuntos, sobre os quais tem a responsabilidade de produzir, não apenas com clareza e coesão, mas de maneira a conferir ao seu leitor ou expectador a segurança de ter em mãos um trabalho breve e esclarecedor sobre fato em questão.

Finalmente, a pesquisa permite lançar uma pequena luz sobre o fenômeno da invisibilidade a que foram postos, historicamente, não somente os Guarani, mas os demais povos indígenas que habitam hoje o Estado do Mato Grosso do Sul. As notícias, as opiniões e comentários da população sul-mato-grossense, relacionados aos indígenas, quase sempre estão associados a termos tão fortes e preconceituosos, como

os verificados no período em questão - séculos XVIII e XX. Neste sentido, os memorialistas, certamente, contribuíram para imprimir nestes povos a imagem de desordeiros, violentos e de “não-civilizados”. Os conflitos entre colonizadores e povos indígenas, no Mato Grosso do Sul, continuam, como continuam, também, as representações sobre esses povos, construídas no bojo da conquista e o interesse em ocultar a sua presença. Ontem como hoje, o que está em questão é a posse da terra e o respeito à diversidade sócio cultural, que marca a história dessa região.

---

### Referências bibliográficas

BARBOSA, Emílio Garcia. **Os Barbosas em Mato Grosso**. Campo Grande: Empresa Correio do Estado Limitada, 1961.

BRAND, Antônio Jacó. **O confinamento e seu impacto sobre os Paí-Kaiowá**. 1993. 158 f. Dissertação (Mestrado em História) - PUC/RS, [1993].

\_\_\_\_\_. **O impacto da perda da terra sobre a tradição kaiowá/guarani: os difíceis caminhos da Palavra**. 1997. 390 f. Tese (Doutorado em História) - PUC/RS, [1997].

CALEFFI, Paula. O que é ser índio hoje? a questão indígena na América Latina/Brasil no início do século XXI. In: SIDEKUM, Antônio. **Alteridade e multiculturalismo**. Ijuí: Editora Unijuí, 2003. p. 175-204.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988.

RODRIGUES, J. Barbosa. **História de Mato Grosso do Sul**. 2.ed. São Paulo: Editora do Escritor, 1993.

SILVA, Benedito et al. **Dicionário de Ciências Sociais**. 2.ed.. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1987

SILVA, José de Melo e. **Fronteiras Guaranis**. 2.ed. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2003.

\_\_\_\_\_. **Canaã do Oeste**. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1989.

SILVA, Tomaz Tadeu (Org). **Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação**. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

SWENSSON, Lauro J.; GRESSLER, Lori A. **Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul**: destaque especial ao município de Dourados. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 1988.

---